

**Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples,
Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência da
Tractebel Energia S.A.**

Por este instrumento particular de aditamento, de um lado,

- a) TRACTEBEL ENERGIA S.A., companhia aberta com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Antonio Dib Mussi, n.º 366, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 02.474.103.0001-19, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), e
- b) PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos adquirentes das debêntures da 2ª emissão de debêntures da Emissora, sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência da Tractebel Energia S.A. (respectivamente, "Aditamento", "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que se regerá pelos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
ESCRITURA DE EMISSÃO**

Em 22 de maio de 2007, as Partes celebraram a Escritura de Emissão, a qual foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o n.º ED000248000, em sessão de 5 de junho de 2007.

**CLÁUSULA SEGUNDA
AUTORIZAÇÃO E AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO**

Este Aditamento é celebrado conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora ("RCA") realizada em 13 de junho de 2007 e será registrado na JUCESC juntamente com a Escritura de Emissão, nos termos da legislação aplicável.



CLÁUSULA TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

3.1. De forma a contemplar (i) a alocação da totalidade das Debêntures na 1ª série da Emissão e, portanto, a realização da Emissão em uma única série e (ii) a taxa final dos juros remuneratórios das Debêntures, tudo conforme definido no procedimento de *bookbuilding* conduzido pelas instituições financeiras responsáveis pela coordenação da distribuição pública das Debêntures em 12 de junho de 2007 e ratificado pelo Conselho de Administração da Emissora na RCA e, ainda, (iii) outros ajustes na Escritura de Emissão em razão das disposições previstas nos itens (i) e (ii) acima, a Emissora e o Agente Fiduciário deliberaram aditar a Escritura de Emissão, a qual passará a vigorar conforme consolidação transcrita abaixo.

3.1.1. Ademais, as Partes decidem (i) alterar as referências à “titular de Debêntures” ou aos “titulares de Debêntures” ao longo da Escritura de Emissão, de forma que referidas expressões serão substituídas e passarão a ser lidas simplesmente como “Debenturista” ou “Debenturistas”; e (ii) em razão da alocação da totalidade das Debêntures na 1ª série da Emissão e, portanto, a realização da Emissão em uma única série, alterar as referências às “Debêntures da 1ª Série” ao longo da Escritura de Emissão, de forma que a referida expressão será substituída e passará a ser lida simplesmente como “Debêntures”, bem como excluir toda e qualquer referência à “1ª Série” e às “Debêntures da 2ª Série”.

“Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência da Tractebel Energia S.A.

Por este instrumento particular, de um lado,

- a) TRACTEBEL ENERGIA S.A., companhia aberta com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Antonio Dib Mussi, nº 366, inscrita no no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o n.º 02.474.103.0001-19, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”), e
- b) PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº. 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos adquirentes das debêntures da 2ª emissão de debêntures da Emissora (“Debenturistas”), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados “Partes”;

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente “Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência da Tractebel Energia S.A.” (respectivamente, “Escritura de Emissão”, “Emissão” ou “Oferta” e “Debêntures”), que se regerá pelos termos e condições abaixo dispostos.



1. Autorização

1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a Septuagésima Nona e a Octogésima Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 21 de maio e 13 de junho de 2007, respectivamente (referidas em conjunto como “RCAs” e individual e indistintamente como “RCA”).

1.1.2. A Emissão será realizada no âmbito do primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora (“Programa de Distribuição”), o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos contados da data do seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). O Programa de Distribuição será arquivado na CVM nos termos da Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400/03”).

2. Requisitos

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários, ANBID e Outros.

2.1.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na CVM, na forma prevista na Lei nº. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, devidamente consolidada (“Lei das Sociedades por Ações”), na Instrução CVM 400/03 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 21 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 09 de maio de 2006 (“Código ANBID”).

2.1.2. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário através (a) do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA (“ANDIMA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP e (b) do Sistema Bovespa Fix (“BOVESPAFIX”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”); e (ii) para negociação no mercado secundário através (a) do Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP e (b) do BOVESPAFIX, administrado pela BOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas das RCAs

2.2.1. A ata da RCA de 21 de maio de 2007, na forma de extrato, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”) sob o n.º 20071600230, em sessão de 5 de junho de 2007, e será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e nos jornais “Diário Catarinense” e “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos do inciso I, do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações.



2.2.2. A ata da RCA de 13 de junho de 2007, na forma de extrato, será devidamente arquivada na JUCESC e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, bem como nos jornais "Diário Catarinense" e "Valor Econômico", edição nacional, nos termos do inciso I, do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESC, de acordo com o disposto no inciso II, do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações.

3. Características da Emissão

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total e Número da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 3.8 abaixo. A Emissão é a segunda emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador (conforme definido abaixo). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.



3.6. Espécie

As Debêntures são da espécie sem garantia nem preferência (quirografária).

3.7. Limite de Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$ 2.445.766.091,90 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, noventa e um reais e noventa centavos).

3.8. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de maio de 2007 ("Data de Emissão").

3.9. Local de Pagamento

Observado o previsto no item 3.12 desta Escritura de Emissão, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BOVESPAFIX e ao SND.

3.9.1. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.10. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.11. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e



Handwritten marks and signatures, including a large '5' and some illegible scribbles.

juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento (conforme definido no item 4.3 desta Escritura de Emissão) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.12. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto no item 3.11, o não comparecimento do Debenturista para receber os valores correspondentes a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.13. Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais "Valor Econômico" e "Diário Catarinense".

3.14. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados à aquisição, pela Emissora, da Companhia Energética São Salvador, detentora da concessão do aproveitamento hidrelétrico da Usina Hidrelétrica de São Salvador, no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins e Goiás, com capacidade instalada equivalente a 243,5 MW e 148 MW médios de energia assegurada, conforme descrito no Suplemento Definitivo ao Prospecto do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures relativo à Emissão ("Suplemento").

3.15. Indisponibilidade, Impossibilidade de Aplicação ou Extinção da Taxa de Rendimento

3.15.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração de qualquer taxa, índice de remuneração e/ou atualização aplicável ao cálculo do Rendimento ("Taxa de Rendimento") por mais de 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do acima referido prazo de 10 (dez) dias, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a última Taxa de Rendimento divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, conforme fórmula estabelecida na Cláusula Quatro, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa de Rendimento que seria aplicável.



Handwritten signature.

3.15.2. Caso a Taxa de Rendimento venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa de Rendimento, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo do Rendimento das Debêntures.

3.15.3. Caso não haja acordo na AGD, entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora, neste ato, a comunicar, por escrito, o Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual das alternativas a seguir foi escolhida:

- i. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o conseqüente cancelamento das mesmas, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou da Data de Vencimento (conforme definida no item 4.1 desta Escritura de Emissão), o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do Rendimento devido até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento do Rendimento anterior, conforme o caso. A Taxa de Rendimento a ser utilizada para cálculo do Rendimento das Debêntures, nesta situação, será a última Taxa de Rendimento disponível, conforme o caso; ou
- ii. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o conseqüente cancelamento das mesmas, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado outro Rendimento, que será definido pelos Debenturistas e apresentado à Emissora na AGD a que se refere este item. Caso a Emissora opte por esta alternativa, os Debenturistas que não concordarem com o cronograma proposto pela Emissora terão a faculdade de vender as suas Debêntures, e a Emissora terá a obrigação de adquirir tais Debêntures.

3.16. Aquisição Facultativa

3.16.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do Rendimento, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento do Rendimento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

3.17. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas no mercado.

3.18. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.



7

7

7

3.19. Resgate Antecipado Facultativo

As Debêntures não estão sujeitas ao resgate antecipado facultativo.

3.20. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.20.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, levando em conta o perfil de risco dos seus clientes e a adequação às Debêntures, assegurando também que o tratamento conferido seja justo e equitativo.

3.20.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início da Emissão (“Anúncio de Início”) e a disponibilização do Prospecto Definitivo do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures (“Prospecto”) e do Suplemento, nos termos da Instrução CVM 400/03.

3.21. Banco Mandatário e Escriturador

O Banco Bradesco S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição responsável pela escrituração das Debêntures (“Banco Mandatário e Escriturador”).

4. Características das Debêntures

4.1. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2014 (“Data de Vencimento”), data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da ainda não amortizado, juntamente com o valor do Rendimento em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.2. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização”):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado
---------------------	--



15 de maio de 2012	33,33%
15 de maio de 2013	33,33%
15 de maio de 2014	33,34%

4.3. Rendimento

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao rendimento composto pela Atualização (conforme definida no item 4.3.1. abaixo) e pela Remuneração (conforme definida no item 4.3.3. abaixo) (sendo a Atualização e a Remuneração definidas em conjunto como “Rendimento”).

4.3.1. Atualização

As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (“Atualização”) a partir da Data de Emissão, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), sendo o produto da Atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

n Número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

NIK Valor do número-índice referente ao mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, a última estimativa do valor do número-índice referente ao mês de atualização conforme determinado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA.

NIK-1 Valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.



dup Número de dias úteis entre a data de aniversário anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo “dup” um número inteiro.

dut Número de dias úteis contidos entre a data de aniversário anterior e a próxima data de aniversário, sendo “dut” um número inteiro.

Para efeitos das definições indicadas acima, consideram-se “datas de aniversário” os dias 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

OBS (1): Os fatores resultantes das expressões $[NI(k) / NI(k-1)]$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

OBS (2): O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures não houver divulgação do IPCA, será aplicado o último índice do IPCA divulgado, sem prejuízo do disposto no item 4.3.1.

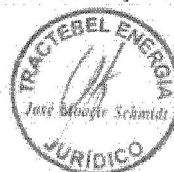
4.3.2. Periodicidade de Pagamento da Atualização

A Atualização será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário, conforme definido na tabela do item 4.2 acima, exclusivamente (i) nas datas de Amortização, (ii) na Data de Vencimento das Debêntures, conforme estabelecida no item 4.1 desta Escritura de Emissão, e/ou (iii) nas datas em que sejam realizadas Amortizações das Debêntures.

4.3.3. Remuneração

As Debêntures renderão juros apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de 7,0% (sete por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista no item 4.3.3.2. abaixo (“Remuneração”), conforme definido no procedimento de *bookbuilding* conduzido pelos Coordenadores em 12 de junho de 2006 (“Procedimento de Bookbuilding”) e ratificado pelo Conselho de Administração da Emissora na RCA de 13 de junho de 2007.

4.3.3.1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de



pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, sempre nos dias 15 de maio de cada um desses anos.

4.3.3.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa Valor Nominal Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, conforme calculado na forma do item 4.3.1. acima;

FatorJuros Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{DT}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa taxa percentual fixa de 7,0% (sete por cento) ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

n é o número de dias úteis entre a data do próximo pagamento de remuneração e a data de pagamento da remuneração anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT é o número de dias úteis entre a data de pagamento de remuneração anterior e a próxima data de pagamento de remuneração, sendo “DT” um número inteiro;

DP é o número de dias úteis entre a data de pagamento de remuneração anterior e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.4. Preço de Subscrição e Integralização

4.4.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição.



4.4.2. Caso, até a data de subscrição das Debêntures não haja divulgação do IPCA, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA, ou na sua falta o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável.

4.4.3. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLC.

5. Vencimento Antecipado

5.1. Observadas as disposições dos itens 5.2 e 5.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido do Rendimento, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento do Rendimento, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Emissora;
- (b) falta de pagamento, pela Emissora, de quaisquer valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento, não sanada em 2 (dois) dias corridos contados da respectiva data de vencimento;
- (c) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (d) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (e) protesto de títulos no valor unitário ou agregado, de, no mínimo, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias corridos;
- (f) vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora no montante individual ou agregado, de, no mínimo, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- (g) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura ali previsto, no pagamento de qualquer dívida da Emissora no montante individual ou agregado, de, no mínimo, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- (h) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedade por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação ou (b) se for



garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;

- (i) caso o controle acionário da Emissora, de forma direta e/ou indireta, deixe de ser (a) da Suez Tractebel Société Anonyme, sociedade anônima, organizada e existente de acordo com as Leis da França, com sede em Paris, França, ou (b) de outra sociedade que venha a sucedê-la a qualquer título no âmbito de processo de fusão ou reestruturação societária entre a Suez Tractebel Société Anonyme e outras empresas atuantes no mercado de atuação da Suez Tractebel Société Anonyme, desde que tal processo de fusão ou reestruturação societária não acarrete no rebaixamento do rating atribuído às Debêntures à época;
- (j) no caso de alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de geração de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade instalada da Emissora na Data de Emissão e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Emissora;
- (k) intervenção ou perda da concessão/autorização da Emissora, conforme o caso, para explorar atividades relacionadas à geração de energia;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas em AGD, nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 174, da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se a Emissora estiver em mora com as suas obrigações pecuniárias referidas nesta Escritura de Emissão;
- (o) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices e Limites Financeiros"):
 - (i) na data de cada balanço trimestral da Emissora, a relação entre o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Emissora e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,0; e
 - (ii) na data de cada balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Emissora não poderá ser superior a 2,5.

5.1.1. Definições dos Índices e Limites Financeiros:



- (a) “EBITDA consolidado” significa o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (ii) da depreciação e amortizações ocorridas no período; (iii) das Despesas Financeiras Consolidadas deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional;
- (b) “Dívida Consolidada” significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da Emissora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional; e
- (c) “Despesas Financeiras Consolidadas” significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas (incluindo instituições financeiras e fornecedores), valores mobiliários, despesas financeiras que não impactem o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas e receitas de operações de proteção contra variação cambial (hedge), despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a outras obrigações, excluindo juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, contabilizada como despesa financeira.

5.1.2. Apuração dos Índices e Limites Financeiros:

O Agente Fiduciário será o responsável por calcular e controlar os Índices e Limites Financeiros até o quinto dia útil imediatamente seguinte à publicação, pela Emissora, dos demonstrativos financeiros referentes aos trimestres encerrados nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

5.1.3 No caso da ocorrência do evento indicado no item 5.1(i) acima, a agência de classificação de risco deverá ser convocada pela Emissora em até 10 (dez) dias corridos, contados da data em que ocorrer o evento indicado no item 5.1(i) para realizar a atualização do *rating* da Emissão, sob pena de, (i) em não sendo feita a referida convocação; ou (ii) não sendo divulgado o *rating* atualizado no prazo de 30 (trinta) dias da convocação por ato ou fato imputável à Emissora, o Agente Fiduciário observar os procedimentos descritos no item 5.2 abaixo. A agência de classificação a ser convocada será a Standard & Poor's ou Fitch. Caso as Agências de *rating* cessem suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja impedida de emitir o *rating*, a Emissora poderá (i) solicitar atribuição de *rating* à Moody's; ou (ii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir a nova agência de classificação de risco para emitir o *rating* para a finalidade do vencimento antecipado.

5.1.4. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b) e (c) do item 5.1 acima, a Data de Vencimento Antecipado das Debêntures será a data em que ocorrer quaisquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e (ii) ocorrendo os demais eventos previstos nas alíneas do item 5.1 acima, a Data de Vencimento Antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a AGD de que trata o item 5.2 abaixo, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar à Emissora do eventual vencimento antecipado das Debêntures no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, nos termos da Cláusula Dez abaixo.



14

5.2. Na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos no item 5.1 acima, com exceção dos eventos previstos nas suas alíneas (a), (b) e (c) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que for constatada ocorrência do referido evento ou do fim do período de cura, conforme o caso, AGD, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

5.3. Após a realização da AGD mencionada no item 5.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

5.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido do Rendimento, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento do Rendimento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.11 acima.

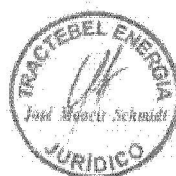
5.4.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 5.4 serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

6. Obrigações da Emissora

6.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (ii) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia completa de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo exercício e/ou de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, todas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhados de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros previstos no item 5.1(o) e definidos no item 5.1.1. acima, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do



diretor de relações com investidores atestando o cumprimento das disposições constantes na Escritura de Emissão;

- (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;
 - (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento; e
 - (v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28/83");
 - (vi) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 358/02 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (vii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na letra (f) abaixo;
 - (viii) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) dias corridos após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco da Emissão;
 - (ix) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 202/93, e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;



- (e) convocar, nos termos da Cláusula Oito, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (j) exceto se de outra forma previsto no Prospecto e no Suplemento, manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que efetivamente comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (l) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário no SND e no BOVESPAFIX;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora;
- (o) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;



1

2

3

- (p) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de *rating*, para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

6.2. As despesas a que se refere o item 6.1.(n) acima compreenderão, entre outras, as seguintes despesas, desde que razoáveis e devidamente documentadas:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades fundamentadas nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

6.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 6.1.(n) desta Cláusula Seis, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

6.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.



7. Agente Fiduciário

7.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro, do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures, conforme estabelecida no item 4.1. desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, remuneração anual no montante de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a ser paga pela Emissora em parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a obtenção do registro da oferta pública pela



CVM e as demais parcelas sempre no mesmo dia do primeiro pagamento, nos trimestres subseqüentes, até que as Debêntures sejam liquidadas.

7.4.1. A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de débitos da Emissora não sanados, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.4.2. A remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente desde a Data de Emissão pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado no respectivo período ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

7.4.3. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas que o mesmo tenha, comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos investidores, tais como publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação pela Emissora e desde que as referidas despesas sejam razoáveis e devidamente comprovadas. Não estão incluídas igualmente na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

7.4.4. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, e desde que as referidas despesas sejam razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias.

7.4.5. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



87 20

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) assegurar que a Emissora manterá atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, nos termos do item 6.1(p) deste Contrato, acima, bem como encaminhar à ANBID o relatório resultante de tal atualização no prazo de 15 (quinze) dias;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b), do parágrafo 1º, do artigo 68, da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;



- iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - vii. pagamento de Rendimento realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - ix. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na BOVESPA e na CETIP; e
 - v. na sede do Coordenador Líder da Oferta das Debêntures.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador, à BOVESPA e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos



7

22

interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à BOVESPA e à CETIP;

- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (s) acompanhar, calcular e apurar, trimestralmente, os Índices e Limites Financeiros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.

7.6. Sem prejuízo do disposto no item 5.1 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- b) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- c) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

7.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

7.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser



alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

7.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/1983 e eventuais normas posteriores.

7.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, com a presente.

7.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 3.13 acima.

7.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

8. Assembléia Geral de Debenturistas

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.3. Aplicar-se-á à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembléias gerais de acionistas.

8.3.1. A presidência da AGD caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 8.2. acima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. As AGDs se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

8.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas AGDs, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e no item abaixo, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação e mediante a aprovação da Emissora, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

8.5.1. Sem prejuízo do disposto no item 8.5. acima, quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação), (ii) nas datas e nas taxas de pagamento do Rendimento e do Valor Nominal Unitário das Debêntures, (iii) no quorum de deliberação das AGDs e (iv) nos eventos de vencimento antecipado, conforme previstos no item 5.1, deverão ser aprovadas pela Emissora e por Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das



Debêntures em circulação.

8.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Oito, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou aquelas que pertençam ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como aos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

8.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9. Declarações da Emissora

9.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações societárias ou não, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem, ou encontra-se em processo de obtenção e/ou renovação, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas



válidas (exceção feita àquelas que encontram-se em processo de obtenção e/ou renovação);

- (f) a Emissora está cumprindo em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e as informações financeiras referentes aos períodos encerrados em março de 2006 e 2007 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto e o Suplemento conterão, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise fundamentada dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto e no Suplemento são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto e no Suplemento, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10. Notificações

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:



Para a Emissora:

Tractebel Energia S.A.

Rua Antônio DIB Mussi, 366, 10º andar

88015-1000, Florianópolis, SC

At.: Paulo Mantuano

Tel.: (48) 221-7060

Fax: (48) 221-7002

E-mail: mantuano@tractebelenergia.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Sete de Setembro 99, 24º andar

20050-005, Rio de Janeiro, RJ

At.: Carlos Alberto Bacha/Rinaldo Rabello Ferreira

Tel: (21) 2507-1949

Fax: (21) 2507-1773

E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia - DAC

Av. Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar,

At.: Cassiano Ricardo Scarpelli

Tel.: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

10.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11. Disposições Gerais

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.

constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Dois supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12. Foro

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão."

CLÁUSULA QUARTA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 13 de junho de 2007.

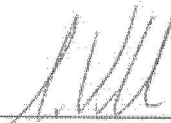


Página de assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Sem Garantia nem Preferência da Tractebel Energia S.A., celebrado em 13 de junho de 2007.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

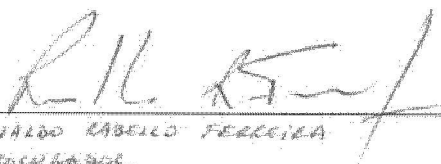


Nome: _____
Cargo: **Manoel Arlindo Zaroni Torres**
Diretor Presidente



Nome: _____
Cargo: **Marc Verstraete**
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

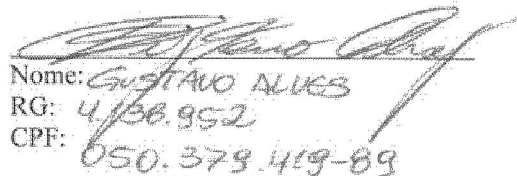


Nome: **RIVALDO CABELLO FERREIRA**
Cargo: **PROCURADOR**

Testemunhas:



Nome: _____
RG: **Osmar Osmarino Bento**
CPF: **CPF 691.060.889-53**
CI 1.665.359 SSI/SC



Nome: **GUSTAVO ALVES**
RG: **4.138.952**
CPF: **050.379.419-89**

